Mulheres do Campo de Minas Gerais:
trajetórias de vida, de luta e de trabalho com a terra

Marina Alves Amorim
Organizadora

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro | 2017

SÉRIE Sempre-vivas 1

Governo do Estado de Minas Gerais

Governador | Fernando Damata Pimentel

Vice-Governador | Antônio Andrade

Secretário de Estado de Planejamento e Gestão | Helvécio Miranda Magalhães Júnior

Fundação João Pinheiro

Presidente | Roberto do Nascimento Rodrigues

Vice-Presidente | Daniel Lisbeni Marra Fonseca

| Unidades Administrativas

Diretoria de Cultura, Turismo e Economia Criativa | Bernardo da Mata Machado

Diretoria de Estatística e Informações | Júnia Santa Rosa

Diretoria de Informação Territorial e Geoplataformas | Daniel Lisbeni Marra Fonseca

Diretoria de Planejamento Gestão e Finanças | Josiane Vidal Vimieiro

Diretoria de Políticas Públicas | Ana Paula Salej Gomes

Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho | Letícia Godinho de Souza

| Unidade Administrativa Responsável

Diretoria de Políticas Públicas | Ana Paula Salej Gomes

M956 Mulheres do campo de Minas Gerais : trajetórias de vida, de luta e de trabalho com a terra / organizado por Marina Alves Amorim.– Belo Horizonte : Fundação João Pinheiro, 2017.
348 p. : il. + 1 CD-ROM + 12 livretos – (Sempre-vivas ; 1)

O CD-ROM contém 8 vídeos do programa "Mulhere-se" na série especial "Mulheres do Campo de Minas Gerais".
Os 12 livretos infantis tratam da temática "Mulheres do campo".

ISBN 978-85-85930-70-7

1. Biografia. 2. Mulheres do campo – Minas Gerais. I. Amorim, Marina Alves. II. Fundação João Pinheiro. III. Série.

CDD 920
CDU 929

Este livro foi impresso com recursos da Fundação João Pinheiro | Governo do Estado de Minas Gerais.

9 Jordânia

Jordânia Fernanda da Silva Mariano

Letícia Godinho de Souza

Thaís de Freitas Valério

"Houve a abolição. Mas ela ainda continua, camuflada de muitos jeitos."

9.1 A colheita do café

Pretendo fazer Direito. Voltei a estudar, depois de adulta. Tive um atraso nos meus estudos, por conta da panha de café. A gente ficava meses, lá nas fazendas de café, e tinha que abandonar a escola. Então, depois de adulto, é que a gente aqui do quilombo consegue chegar à escolaridade.

A gente ia, desde criança, acompanhar os pais na panha de café. Meus pais nasceram na panha; meus filhos também. Eu mesma nasci em um hospital, mas a maioria dos quilombolas nasceu no sul de Minas, nas fazendas de café, pelas mãos das parteiras do quilombo. A maioria da comunidade tem a mesma história de nascimento.

Então, eu comecei a trabalhar, com oito anos de idade, na panha de café com a minha família. Porque, aqui na nossa comunidade, além da panha de café ser uma tradição, era uma precisão também. Chegava a época de migrar pro sul de Minas, e a gente tinha que ir trabalhar com o café. E, lá, a gente trabalhava mesmo sem ter a idade. Eu era obrigada, porque a gente ia pra fazenda e os patrões ficavam cobrando dos nossos pais: *Você tá com menino dentro de casa. Tem que botar todo mundo pra trabalhar!* Então, isso, automaticamente, acontecia com todas as crianças da comunidade.

Os patrões mandavam os capatazes deles aqui no quilombo, e as famílias, por causa das dificuldades, pegavam dinheiro adiantado. Na época da panha da safra, essas famílias já iam devendo a fazenda. Então, iam pra trabalhar e pagar esse adiantamento. Além de pagar o armazém de dentro da fazenda, e ver também se conseguia trazer algum dinheiro no final, o que era muito raro de acontecer.

O alojamento em que a gente ficava, na época, era precário. As pessoas não podem imaginar como que a gente se alojava... Era um barracão de qualquer jeito: 100 metros pra essas 60 ou 70 famílias, com só uma porta e uma janela pra cada família. Era o maior desprezo. Não tinha água, não tinha luz, não tinha nada. Não tinha banheiro. A gente tinha que buscar água longe, pra esquentar e tomar banho. Era tudo de chão; não tinha piso. Nem paredes direito tinha: se você olhava do lado de fora, você via lá dentro; se olhava lá dentro, via lá fora.

Esse alojamento ficava na propriedade da fazenda. Se eles sabiam que todo ano a gente ia para lá, por que soltavam os animais no meio do barracão? A gente, quando saía, fechava direitinho, varria, deixava tudo limpinho. Por que, então, não deixavam trancado? Sabiam que, no ano seguinte, a gente estaria lá. E a gente chegava de noite, sem luz, naquela bagunça...

De março a setembro, o quilombo ficava vazio. Setenta famílias eram transportadas para as fazendas de café, em cima de um caminhão com as tralhas. Antes disso, iam de carro de boi. As coisas todas que a gente tinha dentro de casa, a gente tirava, amarrava com cipó ou corda. Levava todos os pertences: os colchões de palha, os cachorros, as galinhas, os porcos. A gente fazia o canudo – é um canudo artesanal, feito de bambu, que a gente usava para transportar as galinhas. Para os porcos, a gente arrumava um lugar cercado, dentro do caminhão. E a gente ia tudo ali junto, em cima daquelas tralhas. Atravessava o Rio Pará e, depois, pegava a estrada. Fomos parados, várias vezes, pela fiscalização. Quando acontecia, os patrões vinham e os policiais liberavam. Foi isso, por muitos e muitos anos. Tinha panha de café em Bom Despacho, em Santo Antônio do Amparo, em Patrocínio.

Quando chegávamos lá na fazenda, era hora de semear o café. Depois, de colher. Panhávamos os galhos de café que iam caindo no chão, e, depois, passávamos o rastelo, para separar o café da terra.

O trabalho na panha começava de manhã cedinho. Quando era nove ou dez horas da manhã, parava para almoçar. As mulheres esquentavam a comida, no meio da lavoura. Ao meio-dia, era o café, e, de tarde, por volta de quatro horas, a gente parava. Aí, íamos pro alojamento cuidar da janta. Então, havia trabalho, depois que você chegava em casa. Tinha muito menino pra tomar banho. Então, tinha que acender o fogo no fogão de lenha e pôr a água pra esquentar, para dar banho naquela meninada. A água, tinha que buscar

longe. Inclusive, a água de beber. Tinha de procurar aonde é que tinha uma mina, porque não tinha poço.

A gente pegava muita água para o uso da gente, na mesma represa onde os gados banhavam. O mesmo lugar onde o gado bebia água, a gente tomava banho. Aí, era aquele tanto de criança doente! Não tinha uma água pura. Faleceram muitas crianças, na panha de café. Eu presenciei duas mortes na panha de café. Hoje, como fiscal da exploração quilombola, vejo como fomos castigados.

O trabalho na panha de café é pro homem e pra mulher. É um serviço pesado, e a mulher trabalha tanto quanto o homem. Inclusive, na hora da medida, quando se pesa o café colhido por trabalhador, você vê que a mulher trabalhou tanto quanto o homem. Só que a mulher sofre mais. Porque a mulher, além dela trabalhar na lavoura em período integral, ela tem que chegar no alojamento e ainda trabalhar. Sendo que, lá, não tem pia, água ou banho pras crianças. Então, a mulher tem que buscar água, para lavar louça, fazer a janta e dar banho nas crianças. O marido já trabalhou e tá tranquilo, enquanto a mulher continua. Além de ter trabalhado o dia inteiro com o marido na lavoura, chega em casa e continua ainda esse processo. Ela consegue dormir, descansar, por volta de onze horas, mesmo que, às cinco da manhã, tenha que levantar pra fazer marmita, tudo de novo. Então, a mulher trabalha muito, muito mesmo. Muito mais do que os homens.

A gente trabalhava somente para sobreviver, para comer. Os fazendeiros usavam de um subterfúgio, para nos explorar ainda mais. No armazém da fazenda, colocavam um preço alto no alimento. E éramos todos obrigados a comprar, nas condições que eles próprios determinavam. Por que como é que vai ficar numa panha de café sem comprar alimento? Então, eles colocavam o preço que compensava pra eles. Com isso, praticamente todas as vezes, a gente saía da fazenda devendo. A gente não ganhava nada e ainda tinha que ficar ali com aquela responsabilidade de pagar o armazém, de fazer a colheita deles no ano seguinte, presos ali com eles.

O triste é que a gente não sabia do preço do trabalho. O preço dos litros de café ou da saca de café que a gente colhia, eles é que colocavam. Os pais de família riscavam uma meta pra cada família. A gente tinha que alcançar aquela meta por dia, pra conseguir ganhar alguma coisa no final ou dar uma abatida naquela dívida que já tinha. Mas era muito difícil. Na maioria dos lugares, a gente tinha que trabalhar praticamente toda a safra e ia saber o valor daquele produto só

no final. Não havia negociação. No final, o valor que a gente ia receber, era eles que marcavam. Eles que decidiam o que a gente deveria receber.

Então, trabalhava muito, pra ver se conseguia alguma coisa no final. Mas, no final, eles faziam o que queriam. Eles costumavam fazer o cálculo de um jeito que a gente não ganhava nada, que ficava, como dizem, elas por elas. Teve dias que só a minha família, eu com o meu marido e meus filhos, mandou um caminhão desses de 40 medidas de 120 litros de café. Apanhávamos segunda e terça; media na quarta. Era muito café! A gente trabalhava muito. E ia tudo só em troca da comida. No final das contas, ficava "elas por elas". Geralmente, quem conseguia trazer algum dinheiro era mais as famílias grandes, que tinham mais filhos. A maioria voltava devendo a fazenda, e, no próximo ano, tinha que voltar pra pagar a dívida anterior. E, aí, ia acumulando dívida em cima de dívida, e era uma dívida que ficava praticamente a vida inteira. Foi o que aconteceu conosco, aqui no quilombo.

O trabalho, então, era só para comer. E para comer mal. A gente comia o que eles dessem ou colocassem lá no armazém da fazenda. Até a carne eles arrumavam para vender pra gente e colocavam o preço deles, pra não sobrar é nada mesmo! Mas a fazenda comprava o porco na pocilga e vendia pra nós pelo preço cobrado na cidade. Em muitas fazendas que a gente trabalhou, não achavam que tinha que comer carne não. A gente passava quatro meses, lá, sem ver nenhum torresmo de toicinho. Na maioria das vezes, os produtos que colocavam no armazém da fazenda pra nós comprarmos eram só o resto de outros armazéns das grandes cidades. O arroz era ruim; o feijão não cozinhava. A gente ficava, até onze e meia ou meia-noite, cozinhando o feijão. Quando era de manhã, quatro horas da manhã, a gente levantava pra ir fazer o almoço pra levar pro meio da lavoura e aquele feijão ainda estava meio cru. Mas a gente não podia ficar esperando ele cozinhar, por conta da hora que a gente ia chegar no trabalho. Então, compravam para o armazém aquele mantimento ruim mesmo.

Com tudo isso, eles ainda trancavam a gente dentro da fazenda... Não é à toa que eu sou militante, desde pequena. Eu gostava de querer saber, ficava questionando porque que a gente tinha que ficar trancado. Eu ia pro escritório pra brigar com eles. Eles falavam que era por causa dos fiscais, que eles poderiam chegar e ver gente "de menor" trabalhando. Mas era também pra gente não fugir. Há sete anos atrás, ainda era assim. Era muito difícil, muito triste. Não era pra pessoa nenhuma não.

Tem muitos casos revoltantes, na verdade. Eu presenciei a morte de uma criança, no meio da lavoura, por falta de socorro. Ela teve pneumonia, mas os pais estavam devendo a fazenda. Então, essa criança faleceu, no meio de todos nós, sem nenhum atendimento. Foi uma revolta muito grande. E foi quando eu me tornei uma militante mesmo, quando me deu vontade mesmo de combater a exploração.

Houve a abolição. Mas ela ainda continua, camuflada de muitos jeitos. Tem muita exploração camuflada, até hoje. Em muitos quilombos, os homens ainda são levados por fazendeiros para o corte de cana ou a colheita de café. Muitos vão pra longe e não têm condições pra voltar.

O que fez a comunidade parar de migrar pro sul, eu acho que foi a revolta. O pessoal estava falecendo muito, lá. Nossos idosos tinham que ir também, junto com os filhos que iam trabalhar. Aí, lá faleciam, porque é muito frio. O período da safra é um período do ano que é frio. As crianças também vinham adoecendo muito. E a gente resolveu fazer esse protesto, parar de uma vez. Um ajudando o outro, a gente conseguiu, graças a Deus.

Trabalhei como caseira, em fazendas, durante oito anos. Fui trabalhar em uma fazenda, exatamente procurando um meio de me sustentar, depois da colheita do café. Eu mesma decidi parar de panhar, de migrar, porque, na última vez que fui, em 2008, minhas crianças estavam pequenas e eu tinha que ir trabalhar juntamente com meu marido. Uma vez, coloquei as crianças pra dormir debaixo de um pé de café. Perto do pé de café, tinha um ninho de cobra cascavel. Então, a gente viu uma cobra. E uma cascavel não anda sozinha: se tem uma, a outra está próxima. Quando a gente olhou, tinha uma ninhada. Por pouco, não picou as minhas crianças que estavam dormindo debaixo do pé de café. Foi aí que nós realmente paramos.

Tem oito anos que eu não vou mais para a panha de café, mas foi assim a vida toda no quilombo. Desde a história dos primeiros habitantes daqui, dos primeiros ancestrais, depois da Lei Áurea. Foi a única opção que eles tiveram de se sustentar. Tem mais de 100 anos que a gente tem essa tradição. Tem aqui pessoas com 87 e 88 anos que nasceram na panha de café.

Hoje, nós temos quatro famílias que ainda vão para a panha de café, mas com melhores condições. Vão com transporte pra migrar daqui pro sul e com alojamento lá. Ou seja, a coisa se modificou muito.

Agora, se não fosse a fiscalização, teria continuado do mesmo jeito. Porque ninguém podia reclamar. Se reclamasse, podia ficar pior, porque não iam mudar. Era um povo muito necessitado... Depois que a fiscalização foi vendo que aquilo ali era um trabalho escravo, que a gente era a mesma coisa que escravo, aí, nós também passamos a não aceitar mais.

Antes disso, em certas ocasiões, algumas pessoas se mobilizavam, paravam e exigiam que os patrões pusessem o preço, antes de entrar em uma outra lavoura. Mas aquele que começava a mobilização era perseguido, na maioria das vezes. Era chamado de desarticulador, de desmancha turma. Então, em geral, o pessoal não mobilizava, não fazia protesto. Quem protestava era marcado pelo fazendeiro. Se fizesse isso, no outro ano, já era proibido de ir, não voltava naquela fazenda mais. Mas a gente tinha muita necessidade, tinha que continuar indo. Então, todo mundo ficava submisso, ninguém falava nada. Na maioria das vezes, o que acontecia era que os quilombolas se omitiam, por necessidade. Porque, se estava ruim lá, aqui estava muito pior.

9.2 A vida no quilombo

Essa terra onde eu vivo é minha, é uma herança. Era do meu bisavô, e meu avô recebeu como herança. Era do meu avô, e meu pai recebeu como herança.

O pai do meu bisavô foi um dos primeiros quilombolas daqui. Na verdade, eram três casais de ancestrais os que primeiro chegaram aqui. Eles chegaram nesse quilombo, um tempo antes da Lei Áurea. Era uma fazenda onde, hoje, é o quilombo. E ela pertencia a um padre. Esse padre doou a fazenda para esses três casais que já habitavam nesse cantinho.

Mesmo depois da restauração da liberdade, os fazendeiros ao redor não aceitavam que aqueles negros que trabalhavam pra eles a chicotadas, de graça, teriam que receber um salário pra trabalhar. Eles se recusavam a dar trabalho pros quilombolas daqui. Não só daqui como de vários outros quilombos. Então, os quilombolas daqui tinham as terras que eles ganharam do padre, mas não tinham como se sustentar. E começaram a trocar as terras por comida pra sobreviver com esses fazendeiros. De uma certa forma, isso ainda acontece. A gente está tentando acabar com isso. Mas, aqui, há pessoas que trocam um pedaço de terra por carro ou outras coisas.

Casas do Quilombo Cachoeira dos Forros. Crédito: Letícia Godinho.

Pomar da Cada de Dona Alenir. Crédito: Letícia Godinho.

No quilombo, a gente tem um costume. Depois da panha de café, em setembro, a gente voltava e ia arrumar as terras pra plantar. As mulheres também ajudam os homens a fazer as plantações. Ninguém tinha um trabalho fixo, para segurar até a próxima safra. Hoje, tem uns dois fazendeiros que fornecem trabalho pra alguns homens da comunidade. O restante trabalha por contra própria, planta alguma coisa no quintal, porque terra mesmo já não tem pra explorar, pra plantar, em função das trocas com os fazendeiros.

Essa plantação no quintal é para consumo próprio. Estamos tentando produzir nossas próprias comidas. A gente consome os produtos, troca com os outros e vende o que sobra. Vendemos milho, feijão, mandioca, verduras da horta. Algumas famílias fazem algum doce e vendem. Tem também o artesanato do bambu, da palha do milho, da bananeira e da taboa. Outras fazem uma plantação de pimentas. E assim vai. O que buscamos é justamente produzir e conseguir escoar, para gerar uma renda fixa. Temos muitas crianças e jovens no quilombo. O que é bom, porque está crescendo. Mas temos que buscar uma forma de nos sustentar.

Eu não imaginava que a gente ia conseguir parar um dia de ir pra panha do café. Era uma coisa tão necessária, que a gente ficou meio condicionado de ir fazer aquilo ali, todo ano, naquela mesma data. Depois que a gente parou, ficou todo mundo com muito medo de não conseguir se sustentar. Mas, aí, fomos cada um fazer uma plantação nos seus quintais.

Nós temos também muitos aposentados na comunidade. Eles também oferecem um trabalho, algum bico, para os mais jovens. Um dia sim, outro dia não, é verdade. Mas é assim que a gente vai conseguindo manter as famílias. Também temos o projeto social do governo, o Bolsa Família[1], que atende às mulheres de baixa renda da comunidade e que vem sustentando uma boa parte das famílias.

Mas as políticas só chegaram à comunidade, depois que nós conseguimos nos libertar das panhas do café. A Emater[2] veio, em seguida, começou a dar assistência aqui na comunidade. Ela tem trazido vários cursos, através da Senar[3].

O técnico da Emater é um apoiador, uma pessoa que contribui muito. Foi ele que veio falando que aqui poderia ser um quilombo. A gente, então, aprofundou, criou a associação e nos autorreconhecemos como quilombolas. Em seguida, entramos em contato com a Fundação Cultural Palmares[4], e recebemos a certificação, em 2008.

1 O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda do governo federal, voltado para famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza do país.

2 A Emater é a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Estado de Minas Gerais.

3 A Senar é a Secretaria Nacional Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

4 Entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) e voltada para promoção e preservação da arte e da cultura afro-brasileira, a Fundação Cultural Palmares é responsável pelo reconhecimento das comunidades quilombolas.

Depois desse reconhecimento enquanto quilombola, nós conseguimos pleitear pra nossa comunidade alguns projetos. O primeiro foi um projeto de sítios, pra criar um pomar pras mulheres que produzem os doces e outras coisas mais. A intenção era, com esse pomar, que elas trabalhassem com doce cristalizado, tirando da própria produção a matéria para trabalhar. Fizemos esse projeto com 39 famílias e foi um sucesso. Depois, conseguimos pleitear dois carros pra comunidade, para transportar os idosos doentes. Isso porque, às vezes, os nossos idosos passavam muito mal e não tinha carro para transportar para o atendimento. Até que ligasse e a ambulância chegasse aqui, os nossos idosos acabavam falecendo. Então, nós conseguimos dois carros através do governo estadual.

Na época do Lula e da Dilma, melhorou muito, porque as pessoas passaram a comer. O governo Lula facilitou a vida das mulheres de baixa renda com o Bolsa Família e outros programas para as famílias. Depois, teve também o incentivo dado pelo Pronaf[5]. Porque, na verdade, antes, a gente não soube trabalhar aqui por falta mesmo de incentivo. Algumas mulheres daqui também fizeram o Pronaf Mulher[6]. A maioria das mulheres daqui, na verdade, já fizeram o Pronaf Mulher pra obter um incentivo pra trabalhar com a horta, essas coisas. No governo do Lula, teve também o PNHR do Minha Casa Minha Vida[7]. Nós conseguimos 26 moradias do programa. As 26 famílias que conseguiram essas casas se encontravam a maioria sem casa ou em casas precárias. Então, trouxe moradia digna pra essas famílias. Nós também temos aqui três famílias que fornecem biscoito pro PAA[8]. E a gente está querendo crescer, aumentar o número de famílias.

A gente tinha também uma dificuldade com a questão das DAP[9]. Porque, para ser emitida a DAP, precisa da certidão da terra. E nossas terras quilombolas, a maioria não tem escritura. Então, o Incra[10] abriu um processo, por solicitação

5 O Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) é um programa do governo federal que se destina a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas.

6 O Pronaf Mulher é uma modalidade do Pronaf voltada para a mulher que é produtora rural.

7 O Plano Nacional de Habitação Rural (PNHR) integra o Programa Minha Casa Minha Vida (Pmcmv) e está voltado a fornecer subsídio financeiro para a construção de moradia aos agricultores familiares e trabalhadores rurais.

8 O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do governo federal para fortalecer a agricultura familiar, por meio da criação de mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares.

9 Trata-se da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que os agricultores familiares precisam para ter acesso ao Pronaf.

10 Trata-se do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia federal cuja missão é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional.

da comunidade, de reforma agrária. Hoje, a gente tem uma certidão do Incra e essa documentação substitui a documentação de posse da terra. Esse documento foi preciso pro Minha Casa Minha Vida, pro Pronaf.

9.3 Ser mulher quilombola

É uma conquista muito grande a gente, hoje, poder entrar nos lugares. Porque, antigamente, mesmo aqui na região, a comunidade era vista agressivamente. Eles falavam os pretos, os preto lá da Cachoeira. Até então, não era quilombo.

Aqui mesmo no nosso município, no setor de contabilidade da Prefeitura, são duas ou três pessoas negras trabalhando. Tem uma negra que trabalha tem mais de 20 anos, quase 30, lá. E nós convidamos essa mulher pra assumir a cadeira de presidente no Movimento Negro de Passatempo. Ela estava falando, no dia da reunião, nesses 30 anos, só passou uma pessoa negra lá onde trabalha, somente uma pessoa que teve a oportunidade de fazer o teste. Mas, também, que os chefes não fizeram questão de contratá-la, nenhum esforço. Então, durante 30 anos, só uma pessoa negra ter oportunidade é muito triste, né?

Hoje, a gente luta e temos a lei que nos protege. Mas, antigamente, há 30 anos atrás, era mais complicado você se assumir na sociedade como negra. Para entrar na sociedade, você era muito discriminado. Agora é que os movimentos vão se unindo e panhando força pra conseguir chegar até a igualdade.

Eu palestrei na PUC, esse mês. Eles fizeram uma palestra pra advogados, na verdade, os alunos de Direito. E eu falei assim: *Olha, as oportunidades. Não que o negro não seja inteligente. Mas é que as oportunidades não chegam até eles. Ou, se chegam, é com muitas dificuldades. Olha, não tem um negro aqui.* A gente estava lá com 30 alunos. Então, assim, na sociedade, em lugar nenhum praticamente você vê um negro. De dez atrizes, duas, três são negras. E as que são, são mucamas. A gente quer igualdade.

A gente fica debatendo até mesmo com algumas famílias negras sobre as cotas raciais. É uma polêmica. Eu sou a favor da cota, mas tem gente que diz: *Estão passando a mão na cabeça daqueles negros.* A questão é que, quando tem um aluno negro, ele veio de uma família que não teve oportunidade. Então, consequentemente, ele também não terá. Ele terá muita dificuldade pra chegar até uma universidade e, depois, pra concluir um estudo.

Moradoras da comunidade quilombola Cachoeira dos Forros. Da esquerda para a direita: Raissa, Roseni, Alvarina e Jordânia. Crédito: Letícia Godinho.

Jordânia com Dona Alvarina, moradora mais antiga do quilombo Cachoeira dos Forros. Crédito: Letícia Godinho.

As oportunidades não chegam fácil. Por exemplo, eu estudei aqui em Piracema. As minhas colegas, hoje, são as advogadas que tem aqui. São contadoras, arquitetas. E elas conseguiram porque já tinham um apoio. Eu não tive, porque, aqui no quilombo, eu não tinha nada e eu tinha que trabalhar. O aluno negro, geralmente, tem que começar a trabalhar muito cedo pra ajudar a sustentar a família. Não só os quilombolas, mas todos.

O governo Temer, por exemplo. Logo de cara, acabou com a Seppir[11]. Tirou toda a negritude de lá. Teve de dar um jeito de nos aniquilar.

Por isso, em cada oportunidade que eu tenho de palestrar ou dar entrevista, o que tento buscar são as condições dos quilombolas viverem dentro da sua comunidade com dignidade. Quando recorro aos órgãos públicos, aos governos, não é diferente. Não adianta só o governo lançar os programas e deixar ao léu. A comunidade precisa de um apoio voltado pra ela, pra ter condições até de correr atrás e trazer um projeto pra comunidade. Queremos acabar com essa migração forçada dos quilombolas. A gente não quer que nossos quilombolas esvaziem nossos quilombos. Nós queremos viver na natureza.

Ser mulher do campo é gostar de viver pra natureza, de cultivar as plantações. É trabalhar pra seu próprio sustento. É plantar. É limpar uma água, limpar um córrego pra nascente descer livre. É cuidar da criação, é tudo isso. E é defender também a natureza sem os produtos químicos. Eu acho que isso é importante.

De tantas dificuldades, de tanta descrença, de tanto sofrimento, eu até já pensei em sair do quilombo, procurar outro meio pra gente se sustentar. Mas eu acho que seria abandonar nossa história, que seria contribuir pra que a nossa raça e a nossa presença se aniquilasse na sociedade. Então, eu decidi não sair mesmo e lutar pra manter os quilombos e as nossas tradições.

Os negros carregaram o Brasil nas costas. Tornaram o Brasil um dos países mais ricos da América. E assim continua sendo. Há mais de 127 anos, estamos tentando conquistar uma vida digna e entrar na sociedade de cabeça erguida, sem ser impugnado por ninguém, sem ser zombado por causa da cor. A escravidão, a exploração não cessou. A gente não toma mais as chicotadas de couro, de correntes, de espinho. Mas, a cada dia que passa, a gente tem que ficar lutando pra sociedade enxergar a gente com dignidade, sendo que a gente contribui tanto pra sociedade. A gente produz tanto

11 A Seppir é a extinta Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

quanto uma pessoa que não é negra. A gente faz as mesmas atividades. Mas, por ser negra, as oportunidades não chegam, na maioria das vezes.

Nós militantes, o que nós prezamos é o futuro dessas nossas crianças negras que estão chegando hoje. A gente jamais quer que eles passem pelo que a gente passou. Mas tudo é ainda muito recente. Eu sou nova e passei por tudo isso. Eu vivi isso! Tem sete anos que as coisas estão melhorando um pouco, pra mim.

A Federação Quilombola[12] foi criada, em 2005. E foi um processo, com muita dificuldade de aceitação, de participação, até mesmo para garantir um espaço na sociedade. Hoje, nós somos 730 comunidades quilombolas. E é um caminho meio lento ainda, mas a Federação pretende conseguir alcançar todas essas comunidades, oferecendo apoio. Nós temos também a Conaq[13], a confederação nacional, que protege também as comunidades de nosso país.

Tem três anos mais ou menos que conheci a Sandra[14]. Ela me convidou para participar das articulações, das agendas, e aí, eu fui me aproximando dos trabalhos e dos encontros da Federação. Foi como cheguei a ser diretora, hoje, das mulheres quilombolas na Federação.

As articulações que a Federação tem feito com o governo foram em prol das comunidades quilombolas do Estado. E o resultado desse trabalho tem sim sido significativo. Isso tem aparecido, através dos projetos que a gente segura com o governo.

Esse movimento nos deu a oportunidade de chegar mais perto dos governos. Ele deu voz pra nós, quilombolas. Ele nos deu oportunidade de levar as nossas demandas e a nossa realidade pros governos, de correr atrás, de buscar. Com certeza, mudou muito a minha vida.

As mulheres, antes, não tinham empoderamento. Elas eram mais simples, e eram "mandadas". Elas eram muito submissas. Elas não viviam pra si próprias, viviam como o marido, os filhos, os patrões ou os pais achavam que elas deveriam viver. Isso a gente vem trabalhando. São os tabus que a gente vem quebrando. Hoje, pelo menos isso, nós conseguimos mudar.

12 Jordânia faz referência à Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais, a N'GOLO, uma ONG que se dedica às questões quilombolas do Estado.

13 A Conaq é Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, ONG de âmbito nacional de representação quilombola da qual participam 23 estados da federação.

14 Trata-se de Sandra Maria da Silva, uma liderança quilombola.

Conseguimos andar pelo nosso querer, pelo nosso desejo. Temos atitude e capacidade de representar a nós mesmas. A gente não tem que ficar esperando uma ordem de um marido, de um pai, de um patrão. Então, hoje, nós temos empoderamento. Somos mulheres empoderadas. Antes, uma mulher não podia nem sair sem o marido. Hoje, nós somos militantes.

Meu marido é uma pessoa que me apoia muito. Tem três anos que eu estou militante, que me declarei, que me assumi de luta mesmo. E deixei tudo pra lutar. Eu estava trabalhando, aqui no sítio, e deixei, porque vale a pena a gente correr e lutar pro bem daquele que está chegando. Porque o que não foi bom pra gente não se pode receitar pra outras pessoas. Então, temos que aproveitar a oportunidade que os movimentos sociais têm de se unirem e conquistarem um lugar de dignidade na sociedade.

Desejo que a juventude negra continue sempre de cabeça erguida, porque são tanto quanto os jovens que não são negros. E que levem pra sociedade o que aprenderam no quilombo: ser digno e ter honestidade sempre[15].

15 Esse capítulo é a transcriação da entrevista individual de história oral temática concedida por Jordânia a Leticia Godinho.